

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO – CTIL-G – 02.07.2020

1 No segundo dia do mês de julho de 2020, às 14h02min, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios
2 Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu início à 3ª Reunião Ordinária da Câmara
3 Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão, não presencial, através de plataforma online (Google Meet),
4 tendo como pauta os seguintes assuntos: **1- Apresentação, Leitura e Aprovação da pauta; 2-**
5 **Aprovação da minuta de ata da reunião de 18.06.2020; 3- Análise da solicitação de composição da**
6 **Plenária da instituição Sindicato de Trabalhadores Rurais de Japeri; 4- Análise sobre a elaboração**
7 **de Minuta de Resolução que cria o GT Juventude; 5- Informes.** André Santos (FAM-Rio) iniciou a
8 reunião dando boas-vindas a todos. **ITEM 1** – Quando questionados sobre o conteúdo da pauta, os
9 membros presentes estiveram de acordo. **ITEM 2** – Quando questionados sobre o texto da ata, os
10 membros não manifestaram contrapontos. Assim, sem contribuições complementares, a ata de
11 18.06.2020 foi aprovada. **ITEM 3** – Em sua fala, Fátima Rocha (AGEVAP) contextualizou a origem do item,
12 citando que o mesmo foi um dos encaminhamentos oriundos da reunião Plenária de 04/03/2020 para a
13 CTIL-G. Em seguida Antonio Mendes (AGEVAP) explicou sobre o parecer jurídico emitido e que seria
14 necessário os membros da CTIL-G analisarem o entendimento quanto à inclusão da instituição solicitante.
15 Esdras Silva (FAMEJA/Sindicato de Trabalhadores Rurais de Japeri) comentou que já enviou a
16 documentação solicitada para a inscrição e questionou sobre a participação de outros sindicatos no
17 Comitê e que a instituição está na busca para obtenção da carta sindical, mas que no momento estaria
18 aguardando o posicionamento da Câmara Técnica sobre a sua possibilidade de participação, uma vez
19 que segundo ele este documento não estaria sendo pedido pelo presente edital. Antonio Mendes
20 (AGEVAP) esclareceu que na época da solicitação, a Diretoria não havia entendido muito bem sobre o
21 pedido, por isso a necessidade do parecer. Franziska Huber (FAETERJ) questionou sobre outras
22 instituições (outros sindicatos-membro) também apresentaram a mesma documentação solicitada (carta
23 sindical). Esdras Silva (FAMEJA/Sindicato de Trabalhadores Rurais de Japeri) reforçou o mesmo
24 questionamento de Franziska Huber (FAETERJ). A pedido de André Santos (FAM-Rio), Fátima Rocha
25 (AGEVAP) explicou quais documentos são solicitados para cada um dos segmentos quando da sua
26 inscrição, e que no caso em questão, segundo o Regimento Interno, a instituição solicitante enquadraria
27 como sociedade civil suplente da instituição SINTSAMA, porém, no presente momento não haveria vagas
28 para ingresso no segmento de sociedade civil na Plenária do Comitê, pois, outra instituição já ocupava a
29 vaga. Esdras Silva (FAMEJA/Sindicato de Trabalhadores Rurais de Japeri) informou ter conhecimento de
30 que outros sindicatos já participam e/ou participaram do Comitê na condição de membro (segmento
31 usuários) e contesta a não participação da instituição. Em seguida, a pedidos dos membros presentes,
32 Fátima Rocha (AGEVAP) realizou a leitura do texto do Parecer Jurídico nº070/AGEVAP/JUR/2020. André
33 Santos (FAM-Rio) ressaltou que o parecer não teria caráter conclusivo, mas sim uma natureza elucidatória
34 para discussão e tomada de decisão. Franziska Huber (FAETERJ) destacou que deveria ser debatido
35 especificamente a situação do caso do Sindicato de Japeri e também a adequação do texto do Regimento
36 Interno a luz do que vem sendo discutido no GTRI quanto as revisões no documento sobre a exigência de
37 carta sindical. Rinaldo Rocha (Light) questionou sobre a regularização da instituição a respeito da outorga

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO – CTIL-G – 02.07.2020

38 dos membros sobre o uso da água, se estaria tudo em conformidade (seja por dispensa ou por outorga).
39 Esdras Silva (FAMEJA/Sindicato de Trabalhadores Rurais de Japeri) esclareceu que o sindicato foi criado
40 a bastante tempo e que estaria em andamento o processo de regularização/atualização documental frente
41 ao processo de reorganização da instituição. Marco Barbosa (CREA) esclareceu que dificilmente o
42 SINTSAMA não teria uma carta sindical. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) citou que por mais que o parecer
43 não seja favorável, haveria a necessidade de promover uma maior participação das instituições
44 interessadas em participar do Comitê. Mayná Coutinho (CEDAE) lembrou que deveria ser realizado um
45 aparato legal para uma melhor definição das exigências solicitadas às instituições no texto do Regimento
46 Interno. Em seguida os membros discutiram sobre a classificação adequada das instituições e as
47 diferenças que há entre associação e sindicato e sobre qual seria o encaminhamento dado à Plenária,
48 uma vez que dali a 6 (seis) meses ocorreria o novo pleito. Por meio de votação os membros propuseram
49 que o assunto seja encaminhado à Plenária para votação, mediante a apresentação dos posicionamentos
50 levantados nesta reunião. **Encaminhamento: Elaborar parecer da CTIL-G com posicionamentos de**
51 **todos membros e solicitando decisão da Plenária (tomada de decisão quanto ao ingresso da**
52 **instituição e as condições de ingresso). O parecer mostrará as possibilidades e os pontos onde se**
53 **esbarra a inscrição do STRJaperi. ITEM 4 –** Fátima Rocha (AGEVAP) fez uma breve contextualização
54 sobre a criação do Grupo de Trabalho de Juventude (GTJ) e sobre os questionamentos acerca da
55 definição de idade permitida para participação dos membros. A mesma, também realizou a leitura do texto
56 da minuta da resolução e apresentou o parecer jurídico emitido para tal questão. Em seguida, Jacqueline
57 Guerreiro (FONASC) fez algumas considerações relacionadas a faixa etária dos membros, que segundo
58 ela, ao seguir o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – jovens entre 18 e 29 anos
59 – o Comitê não correria riscos de inviabilizar a iniciativa. Ainda em sua fala, Jacqueline Guerreiro
60 (FONASC) questionou a participação de estagiários da AGEVAP na composição do GT, pois segundo ela,
61 não seria pertinente esta participação. Lembrou também sobre o caso dos jovens que atuam em áreas
62 rurais e/ou em movimentos sociais que não estão matriculados em instituições de ensino. Marcelo Danilo
63 (ANAGEA) ressaltou que os próprios jovens deveriam se organizar entre eles. Karla Ayres (P.M. Nova
64 Iguaçu) citou sobre as condições dos jovens de 16 (dezesesseis) anos que em caso de interesse, poderiam
65 solicitar emancipação para participarem do grupo. André Santos (FAM-Rio) comentou que seria um
66 problema incluir a necessidade de impor a emancipação de menores exclusivamente para participação no
67 grupo, a seu ver não seria cabível apesar das limitações. Marcelo Danilo (ANAGEA) ressaltou que a
68 participação (sob forma de visitante) de menores será aberta e sem restrições, uma vez que as reuniões
69 serão abertas ao público. Franziska Huber (FAETERJ) afirmou concordar com o posicionamento de que
70 os próprios jovens pudessem definir a sua coordenação de grupo. Em seguida, Fátima Rocha (AGEVAP)
71 pontuou os artigos da minuta a serem discutidos, e os membros realizaram as suas contribuições
72 conforme leitura do texto, alterando-o com as melhorias sugeridas. Sobre as idades dos participantes,
73 Fátima Rocha (AGEVAP) realizou a leitura do parecer jurídico que orienta sobre a participação dos jovens
74 e menores de idade. Em meio a discussões sobre o texto, André Santos (FAM-Rio) justificou a sua saída

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO – CTIL-G – 02.07.2020

75 da reunião, pois precisou se ausentar para atender assuntos pessoais. Os membros debateram também
76 sobre uma possível resolução específica de ajuda de custos para atendimento aos jovens que estão
77 inseridos no grupo de trabalho. A princípio esta resolução seria criada e aprovada pela Plenária do Comitê
78 e por meio de votação os membros aprovaram a sugestão. **Encaminhamentos: 1-Enviar minuta de**
79 **resolução que cria o GTJ para a assessoria jurídica analisar e elaborar o termo de trabalho**
80 **voluntário; 2- Encaminhar texto da minuta de resolução de criação do GTJ à Plenária para**
81 **aprovação. / Mediante aprovação da resolução de criação do GTJ na plenária, redigir a minuta de**
82 **resolução que determina a definição dos valores de ajuda de custo para os membros do GTJ. ITEM**
83 **5 – Franziska Huber (FAETERJ) informou sobre o andamento do GTRI, acerca dos encaminhamentos**
84 **que foram recebidos e as análises realizadas. Falou também sobre o sistema de votação, que na próxima**
85 **eleição, ainda ocorrerá seguindo os termos do antigo regimento interno (vigente). Não havendo mais**
86 **assuntos a discutir a reunião foi encerrada às 17h39min. Eu, Marcelo Cruz, tomei a termo esta ata que**
87 **segue assinada por:**

88
89
90

André Luiz dos Santos (FAM-Rio)
Coordenador

Marco Antonio Barbosa (CREA-RJ)
Subcoordenador

91
92 **Presentes:** André Santos (FAM-Rio); Marco Barbosa (CREA); Franziska Huber (FAETERJ); Mayná
93 Coutinho (CEDAE); Jacqueline Guerreiro (FONASC); Rinaldo Rocha (Light); Marcelo Danilo (ANAGEA);
94 Karla Ayres (P.M. Nova Iguaçu); Marco Antonio (CREA-RJ);
95 **Ausentes:** Lia Motta Gould (Ternium); Janaína da Silva Vettorazzi (CK Paracambi); Paulo Garcia da Silva
96 (P.M. Japeri); Sidarta Augusto Cardoso Venda (P.M. Queimados).
97 **Convidados:** José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu); Esdras Silva (FAMEJA / Sindicato de Trabalhadores
98 Rurais de Japeri); Pedro Paes Leme (P.M. Nova Iguaçu); Antonio Mendes (AGEVAP); Lucas Almeida
99 (AGEVAP); Gabriela Teixeira (AGEVAP); Fátima Rocha (AGEVAP); Marcelo Cruz (AGEVAP).